



**ACÓRDÃO Nº401/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1954/2012 (3 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Diozeth do Livramento Siqueira - Gestora e Angelus Cruz Figueira - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 698/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 455/471).
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM. Exercício de 2011.

*Alcance. Irregularidade. Multa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. Considerar **em alcance, solidariamente, em consonância com o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva**, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº 2423/1996 – LOTCE/AM, os Senhores **Diozeth do Livramento Siqueira**, Diretora do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época e **Ângelus Cruz Figueira**, Ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época, na importância de **R\$ 37.500,00** (trinta e sete mil e quinhentos reais), em razão do alcance listado nos itens 12; 20; 34; 48; 59; e 66, assim especificados abaixo:

**9.1.1 R\$ 31.500,00 (trinta e mil e quinhentos reais)**, pela não realização de licitação para a contratação do advogado Bruno André da Silva Oliveira, considerando que o mesmo prestou serviço sem nenhum ato que o amparasse, em desacordo com os artigos 1º, 13, 25 e



**ACÓRDÃO Nº401/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

26 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações (conforme detalhado no item nº 06 do voto);

**9.1.2 R\$ 1.000,00 (mil reais)**, pelo adiantamento concedido à Senhora Diozeth do Livramento Siqueira, no dia 01/07/2011 (Empenho 044), com ausência da identificação do valor na conta do favorecido, do Termo de Recebimento do valor e da prestação de contas com Notas Fiscais dos produtos adquiridos, tudo em desacordo com o artigo 12 da Lei Estadual nº 2423/1996 (conforme detalhado no item nº 10 do voto);

**9.1.3 R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, que a Senhora Diozeth do Livramento Siqueira recebeu a título de complementação de salário, conforme NE 2012 da Prefeitura de Manacapuru, sem fundamentação para o recebimento da parcela e sem junção de provas de realização dos trabalhos extraordinários (conforme detalhado no item nº 11 do voto).

**9.2. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, para que os responsáveis recolham o valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

**9.3. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Angelus Cruz Figueira**, Ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº 2423/1996 e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, referente ao exercício de 2011;

**9.4. Julgar Irregular a Prestação de Contas da Sra. Diozeth do Livramento Siqueira**, Diretora do Fundo de Previdência Social do Município de



**ACÓRDÃO Nº401/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Manacapuru, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº 2423/1996 e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, referente ao exercício de 2011;

- 9.5. Aplicar Multa** ao Sr. Angelus Cruz Figueira no valor de R\$ 8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento às improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto de nºs **01 a 13**;
- 9.6. Aplicar Multa** a Sra. Diozeth do Livramento Siqueira no valor de R\$ 8.768,25 que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento às improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o artigo 308, inciso VI, do RITCE, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto de nºs **01 a 13**;
- 9.7. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE/AM) para que os Senhores **Diozeth do Livramento Siqueira**, Diretora do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época e **Ângelus Cruz Figueira**, Ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época, recolham aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 9.8. DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:**



**ACÓRDÃO Nº401/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 9.8.1 Encaminhe à atual Administração do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
- 9.8.2 Notifique os Senhores **Diozeth do Livramento Siqueira**, Diretora do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época e **Ângelus Cruz Figueira**, Ordenador de Despesas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;
- 9.8.3 Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 4 de Abril de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral